



GT 68. Práticas estatais, modalidades de gestão e feixes de poder

Coordenador(es):

João Paulo Macedo e Castro (UNIRIO - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro)

José Gabriel Silveira Corrêa (UFCEG)

Sessão 1

Debatedor/a: Roberta Sampaio Guimarães (UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

Sessão 2

Debatedor/a: Katiane Silva (UFPA - Universidade Federal do Pará)

A proposta deste GT é reunir estudos de diferentes matizes que tenham como campo de reflexão os feixes de relações de poder que ordenam, produzem, e reverberam práticas estatais. Visamos debater as relações entre setores da administração pública e aqueles que em distintos contextos de pesquisa podem ser classificados a partir de categorias como “usuários”, “empresários”, “pleiteantes”, “parceiros”, “especialistas” “atingidos”, “vítimas” etc. Serão especialmente de nosso interesse as análises que reflitam sobre a produção de mecanismos de assujeitamento e de modalidades de gestão e identificação de grupos e segmentos sociais através das práticas e discursos estatais. Para nortear o debate, sugerimos três eixos temáticos: 1. Projetos de desenvolvimento, projetos de cooperação e grandes empreendimentos; 2. Políticas de reconhecimento, memória e reparação; 3. Mercado, corporações, intermediários sociais e mediadores culturais.

Documentando Vulnerabilidades: práticas e efeitos estatais no manejo da Profilaxia Pré-Exposição ao hiv/aids

Autoria: Luiz Gustavo da Silva Córdoba (UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas)

Ofertada desde Janeiro de 2018 no SUS, a Profilaxia Pré-Exposição ao HIV/Aids (PrEP) é uma das mais recentes apostas estatais na resposta ao hiv/aids. Ao ingerir uma medicação de uso diário, uma pessoa passa a possuir uma barreira no organismo contra o vírus da aids, evitando assim uma infecção. Sua oferta, no entanto, é estrategicamente voltada para as chamadas Populações-Chave: Gays e outros Homens que fazem sexo com Homens, Pessoas Trans e Travestis, Trabalhadoras e Trabalhadores Sexuais e Parcerias Sorodiferentes. Profissionais da Saúde que atuam cotidianamente em centros e serviços especializados em hiv/aids passam a incorporar em sua rotina a possibilidade de ofertar a PrEP desde critérios de elegibilidade estabelecidos no Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Profilaxia Pré-Exposição de Risco à Infecção pelo HIV (PCDT) possibilitando acessos de usuários e usuárias a estratégia preventiva ao hiv. Como parte do mestrado em Antropologia Social em andamento, busco etnografar a gestão do risco e da vulnerabilidade ao hiv/aids desde a PrEP e vislumbrar seus processos e efeitos de Estado e Governamentalidade. Neste paper me detenho em analisar as ?Fichas de atendimento da PrEP? nas quais profissionais de saúde realizam questionamentos específicos acerca dos comportamentos sexuais de usuários e usuárias, produzindo e identificando vulnerabilidades e riscos em relação ao hiv. Parto do princípio que estes documentos são em suma artefatos etnográficos que muito tem a dizer sobre as relações no campo pelas práticas estatais (SOUZA LIMA, 2002, VIANNA, 2014). São desde estes documentos que se pode compreender como se sedimentam formas de vulnerabilidades e as situações de risco, compreendendo discursos acerca do construto da realidade (VIANNA, 2014) e a dimensão material da epidemia que paira sob a prática de profissionais de saúde. Para tanto, me voltarei para anotações de campo realizado em um Centro de



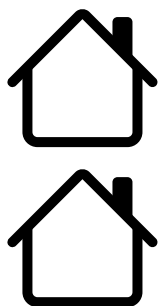
Referência em hiv/aids da cidade de Campinas, São Paulo e desenvolver uma análise acerca de formulários aplicados aos usuários que desejam iniciar a PrEP e como se manejam, em relação ao hiv/aids, as noções de risco e vulnerabilidades, ensaiando modos de etnografar formas e efeitos do fazer do Estado. SOUZA LIMA, Antonio Carlos. Introdução: Sobre gestar e gerir a desigualdade: pontos de investigação e diálogo. In: SOUZA LIMA, A. C. (ed.). Gestar e Gerir: Estudos para uma antropologia da administração pública no Brasil. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 2002, pp.11-22. VIANNA, Adriana. Etnografando Documentos: uma antropóloga em meio a processos judiciais. In Castilho, S.R.; Teixeira, C.; Souza Lima, A.C. Antropologia das Práticas de Poder: Reflexões etnográficas entre burocratas, elites e corporações. Rio de Janeiro: ContraCapa, 2014.



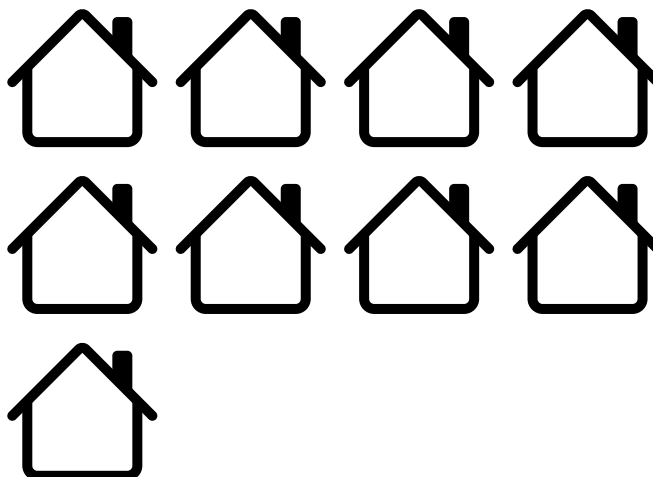
Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: